

GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES



ARTIGO

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E SEUS DIÁLOGOS COM BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS NO SÉCULO XXI

*Affirmative action policies and its dialogues with Boaventura de
Souza Santos in the 21st century*

*Políticas de acciones afirmativas y sus diálogos con Boaventura
de Souza Santos en el siglo XXI*

Eliane Almeida de Souza

Pós-Doutoranda em Educação Ambiental na FURG/
PPGEA - Doutora em Educação/PPGEDU/UFRGS.
E-mail: negrasim2004@yahoo.com.br

Roseli da Rosa Pereira

Mestre em Educação PPGEDU/UFRGS, Grupo de
Pesquisa InovAção & AvaliAção.
E-mail: roseli.pereira@ufrgs.br.

Izabel Espíndola Barbosa

Mestranda em Educação na FURG/PPGEDU
E-mail: izabel-eb@hotmail.com

Como citar este artigo:

SOUZA, Eliane Almeida de; PEREIRA, Roseli da
Rosa; BARBOSA, Izabel Espíndola. Políticas de ações
afirmativas e seus diálogos com Boaventura de Souza
Santos no século XXI. **GEOGRAFIA: Ambiente,
Educação e Sociedades – GeoAmbES**, jul./dez. vol.
2, n. 1, p. 61-72, 2019. ISSN 25959026.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/index>

Volume 2, número 1 (2019)
ISSN 25959026

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E SEUS DIÁLOGOS COM BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS NO SÉCULO XXI

Affirmative action policies and its dialogues with Boaventura de Souza Santos in the 21st century

Políticas de acciones afirmativas y sus diálogos con Boaventura de Souza Santos en el siglo XXI

Resumo

Este ensaio apresenta as principais políticas de ações afirmativas que permeiam a gestão da universidade pública no Brasil atualmente. Nos ancoramos principalmente no texto de Boaventura de Sousa Santos intitulado "A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade" (2007), cujo autor nos chama a atenção sobre a responsabilidade das universidades que devem levar em conta o seu papel social e como produtora de conhecimento científico: o acesso; a extensão; a ecologia de saberes, a pesquisa-ação e a relação universidade/escola pública. O presente trabalho também discute outras ações afirmativas e as políticas de cotas instituídas pelo governo federal a partir de 2000, procurando apresentar um breve panorama atual da Universidade Brasileira quanto ao acesso e permanência e sua repercussão social no Século XXI.

Palavras-chave: Boaventura de Sousa Santos. Universidade Pública. Ações Afirmativas.

Abstract

This essay presents the main affirmative action policies that currently permeate the management of the public university in Brazil. We are anchored principally in the text by Boaventura de Sousa Santos entitled "The University in the 21st Century: Towards a Democratic and Emancipatory Reform of the University" (2007), whose author calls attention to the responsibility of universities that must take into account their social role and also as producer of scientific knowledge: access; the extension; the ecology of knowledge, action research and the university/public school relationship. This evaluation also discusses other affirmative actions and the quota policies instituted by the federal government from the year 2000, seeking to present a brief current panorama of the Brazilian University regarding access and permanence and social repercussion in the 21st Century.

Keywords: Boaventura de Sousa Santos. Public university. Affirmative Actions.

Resumen

Este ensayo presenta las principales políticas de acciones afirmativas que permean actualmente la gestión de la universidad pública en Brasil. Apoyamos nuestros estudios en el texto de Boaventura de Sousa Santos titulado "La universidad en el siglo XXI: para una reforma democrática y emancipatoria de la universidad" (2007), cuyo autor nos llama la atención sobre la responsabilidad de las universidades que deben tener en cuenta su papel social y como productora de conocimiento científico: el acceso; la extensión; la ecología de saberes, la investigación-acción y la relación universidad / escuela pública. El trabajo también discute otras acciones afirmativas y las políticas de cuotas instituidas por el gobierno federal a partir de 2000, buscando presentar un breve panorama actual de la Universidad Brasileña en cuanto al acceso y permanencia y su repercusión social en el Siglo XXI.

Palabras clave: Boaventura de Sousa Santos. Universidad Pública. Acciones Afirmativas.

Eliane Almeida de Souza. Roseli da Rosa Pereira. Izabel Espíndola Barbosa

62

Introdução

No Século XXI, diante das inúmeras crises instauradas no Brasil e em outros países, a Educação tem sido a mais afetada. Bruscamente acompanhamos a ruptura das conquistas históricas dessa pauta, na qual as universidades públicas em nome do avanço das tecnologias de informação e comunicação, colocam de um lado o conhecimento e a informação e de outro, a cidadania e a formação. Práticas essas que atingem diretamente o seu sentido democrático, pois não levam em conta a historicidade dos povos tradicionais abrindo um abismo entre o preconceito sofrido por aqueles que ingressam nas universidades pela política de ações afirmativas, em especial, as cotas.

Faz alguns anos que Boaventura de Sousa Santos (2007) vem chamando a atenção para a necessidade de redemocratização da universidade que leve em conta as diferenças étnicas e culturais. No entanto, as instituições que adotam as políticas públicas recebem os recursos, registram a existência dessas políticas e, em suas práticas, elas permanecem fechadas para os diálogos com os grupos que possuem marcas da exclusão social e, principalmente, as especificidades étnicas e culturais; como o caso dos alunos indígenas, quilombolas, ribeirinho, pescadores, etc. O autor enumera cinco áreas que são fundamentais para a democratização da Universidade: o acesso; a extensão; a pesquisa-ação; a ecologia de saberes e a relação universidade/escola.

No que tange ao acesso, Santos (2007) propõe ações voltadas para a sua democratização como, por exemplo, a promoção de parcerias entre a universidade e a escola pública no domínio pedagógico e científico; gratuidade da universidade pública e auxílio em forma de bolsas – e não empréstimos – aos estudantes de classes trabalhadoras; enfrentamento das discriminações raciais, étnicas e socioeconômicas, com programas de ação afirmativa para o acesso e acompanhamento dos alunos que as sofrem.

Em uma palestra em Porto Alegre Boaventura (2013) nos afirma que “se estas políticas emergentes são para os grupos historicamente excluídos, são para estes que devem chegar primeiro”. Sua fala descortina que o sistema de cotas está desenhado para a inserção de grupos específicos (negros, indígenas) nas universidades oriundas de escolas públicas, com uma prática totalmente perversa em seu interior, pois sempre que abordamos estas questões, surgem diversos argumentos referentes à estas políticas. Alegam que elas não são

prioridades, que se deve primeiro melhorar a educação básica, e outros. Neste mesmo tempo, o autor reforçou que estes grupos não “*são*” minorias e sim “*foram feitos*” minorias.

No que se refere a Extensão, Santos (2005, p. 175) destaca que “as actividades de extensão devem ter como objectivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação social de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados”.

Referente à pesquisa-ação, a posição de Santos concerne na definição e execução participativa de projetos de pesquisas envolvendo as comunidades e organizações sociais populares, de braços com problemas cuja solução pode beneficiar os resultados da pesquisa. Pois os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores, e a produção do conhecimento científico ocorre, assim, estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil (SANTOS, 2005, p. 176).

Neste mesmo caminho, sob a ótica de Santos, a ecologia de saberes parte do aprofundamento da pesquisa-ação e consiste na promoção de espaços em que os saberes ditos leigos possam dialogar com os saberes científicos produzidos pela universidade, promovendo uma "nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo" (SANTOS, 2005, p. 177). Referente à relação universidade e escola pública, Santos (2005, p. 182) frisa que,

o princípio a ser afirmado é o compromisso da universidade com a escola pública. A partir daí, trata-se de estabelecer mecanismos institucionais de colaboração através dos quais seja construída uma integração efectiva entre a formação profissional e a prática de ensino.

Chamamos a atenção para esse ponto na qual o autor enfatiza que as condições necessárias para que se firme o compromisso da Universidade com a escola pública deveriam seguir os seguintes pressupostos:

- 1) A valorização da formação inicial e sua articulação com os programas de formação continuada;
- 2) Reestruturação dos cursos de licenciatura de forma a assegurar a integração curricular entre a formação profissional e formação académica;

- 3) Colaboração entre pesquisadores universitários e professores das escolas públicas na produção e difusão do saber pedagógico, mediante reconhecimento e estímulo da pesquisa-ação;
- 4) Criação de redes regionais e nacionais de universidades públicas para desenvolvimento de programas de formação continuada em parceria com os sistemas públicos de ensino.

As cinco áreas apontadas por Sousa (2007) são importantes para que atentemos que nelas estão contidas todas as políticas de ações afirmativas, em especial as cotas raciais. Portanto, faz-se necessário um levante por parte de educadores e ativistas sociais para quaisquer tipos de violação destes direitos que foram conquistados historicamente pelos movimentos sociais e, em especial, pelo movimento negro. Portanto, partimos desse renomado autor para adentrarmos um pouco mais no campo das políticas de ações afirmativas.

Algumas políticas de ações afirmativas na universidade pública brasileira no século XXI

O termo Ações Afirmativas refere-se às políticas do Ensino Superior implantadas no Brasil e no mundo, que visam atender alunos oriundos de escolas públicas, alunos autodeclarados negros e/ou indígenas e/ou quilombolas nas universidades. Socializamos aqui alguns dos dispositivos legais (legislações) que incidem diretamente nas questões referentes ao acesso e a permanência.

1) PROUNI - Programa Universidade para Todos - institucionalizado pela Lei n.º 11.096, em 13 de janeiro de 2005, tem como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou da rede particular nas condições de bolsistas integrais, como renda per capita familiar máxima de três salários mínimo. Destaca-se que:

As inscrições para o PROUNI no ano de 2014 totalizaram 653.992 candidatos. Os cursos preferidos foram as engenharias (166.807), Administração (137.515); Direito (119.447); ciências contábeis (61.169) e pedagogia (56.250). Outro dado importante quanto ao PROUNI foi a procura desta Programa sendo a maioria por mulheres, ou seja, um total de 59% sendo então 384.063. No que se refere às questões étnicas, a maior parte dos candidatos são negros, ou seja, 409.527 representando

62%; os brancos representam 34,9%; os amarelos 2,4% e apenas 0,1% representa os que se autodeclararam indígenas, totalizando então 853 candidatos.

- ainda de acordo com o MEC, os jovens totalizaram, ou seja, um percentual de 60% que possuem idades de 18 a 24 anos^{392.329}.

- dos (98.828) que equivale a 15%, são jovens de 25 a 30 anos; e (71.952) referem-se aos jovens com menos de 17 anos. Vale lembrar que apenas 4% possuem mais de 40 anos, sendo estes, 26.102. Vale ressaltar que o Programa de Ações Afirmativas – como no caso do PROUNI, são criadas voltadas para IES privadas;

2) **Ações Afirmativas** - as Universidade Públicas têm adotado internamente as ações afirmativas e cotas como formas de permitir acesso ao ensino superior de estudantes do ensino público e também negros e indígenas, oriundas da luta do movimento negro brasileiro, que ao não ver contemplado no currículo nestas especificidades vêm historicamente construindo caminhos e novas formas de garantir o acesso e a permanência destes nos bancos escolares.

3) **FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (1998)** - é um programa do Ministério da Educação do Brasil destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. O bolsista parcial do Pro Uni poderá utilizar o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para custear os outros 50% da mensalidade, sem a necessidade de apresentação de fiador na contratação do financiamento. É necessário, ainda, que a instituição para a qual o candidato foi selecionado tenha firmado Termo de Adesão ao PIBID – Programa de Iniciação à Docência buscando a aproximação das universidades e a comunidade escolar;

4) **UAB – Universidade Aberta do Brasil** – o sistema foi criado em 2005 para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Tem como proposta formar gestores, professores e profissionais da educação em temas e conteúdos que perpassam a educação, tais como diversidade, gestão, direitos humanos, educação inclusiva, educação ambiental, saúde e escola, dentre outros. É um sistema que contribui para universalização da educação, acesso ao ensino superior, formação e requalificação de professores, através da interiorização do ensino. Para registrar seu funcionamento, vejamos a figura abaixo:

Fig. 01: Estrutura (trâmite para oferta) de Cursos pela UaB



Fonte: (CAPES, 2017)

5) **INCLUIR** – foi instituído em 2005, e cumpre os Decretos 5.296/2004 e 5.626/2005, publicado no Diário Oficial da União nº 84, seção 3, páginas 39 e 40, de 5 de maio de 2008. É um Programa de Acessibilidade na Educação Superior – voltado para a inclusão de estudantes portadores de deficiência no Sistema Federal de Ensino Superior, e tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

Com a finalidade de receber apoio financeiro do MEC, o PROUNI lança editais com para apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas Instituições de Ensino Superior. E estes por sua vez, melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. Para isso, são recebidas propostas de universidades do Brasil inteiro, sendo selecionadas as que atendem às exigências do programa

6) **PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (1998)** – no que concerne ao Ensino Superior destina-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante oferta de cursos de graduação ou pós-graduação. O PRONERA é uma parceria do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais e nasceu da articulação da sociedade civil;

7) **PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência** - é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

8) **REUNI – É um Programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior** (instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007) – que prevê a criação de novos Cursos e Institutos Federais, ampliação de vagas e também a ampliação de estruturas físicas, laboratórios, etc.

A partir destas ações surgem legislações voltadas para o Ensino Médio, de relevância para o acesso ao Ensino Superior no Brasil: a reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que ampliou as possibilidades para os estudantes que saem do ensino médio entrarem em uma faculdade ou universidade; o Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Enem como única fase de seu processo seletivo.

9) **REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA** – a criação da rede através da Lei 11.892/2008 buscou atender a educação básica, profissional e superior com destaque para o desenvolvimento regional. Outro componente importante da rede é que 20% dos cursos devem ser de licenciatura para formar docentes para a educação básica. E, mesmo com grande foco na formação técnica de ensino médio onde estão pelo menos 50% dos cursos, ainda há 10% de obrigatoriedade para Educação de Jovens e Adultos, EJA.

No que tange à Gestão do Ensino Médio surge o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, regulamentado pela Portaria Ministerial Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Através dele, o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Distritais de Educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuarão no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas.

Dentre essas, citamos algumas específicas que se referem às questões negras e indígenas: O Estatuto da Igualdade Racial instituído pela Lei 12.288/2010, a Lei 10.639/2003 acrescida da Lei 11.645/2008 que inclui no currículo oficial História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena e, a Lei 12.711 de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino.

Portanto, a nosso ver, é preciso enfrentar o novo com o novo, ou seja, estas políticas chegam para que as universidades repensem a sua estrutura, o seu conteúdo e especialmente as questões sobre a mercantilização da educação superior. Sobre este assunto, Boaventura (2010, p. 62) nos diz:

As transformações da última década foram muito profundas e, apesar de terem sido dominados pela mercadorização da educação superior, não se reduziram a isso. Envolveram transformações nos processos de conhecimento e na contextualização social do conhecimento. Em face disso, não se pode enfrentar o novo contrapondo-lhe o que existiu antes. Em segundo lugar, porque o que existiu antes não foi uma idade de ouro ou, se o foi, foi-o para a universidade sem o ter sido para o resto da sociedade, e, no seio da própria universidade, foi-o para alguns e não para outros.

Em consonância com as ações de melhoria do Ensino Médio e de acesso e inclusão no Ensino Superior torna-se evidente a necessidade de se “ambicionar” a ampliação de condições de espaço e estruturas físicas para a permanência da comunidade da escola e da universidade públicas, onde todos se co-responsabilizem pelo bem público que é sinônimo de “seu”, “nosso”, do presente e do futuro. E para isso, também há de se levar em conta a qualificação e a valorização da profissão docente.

Embora muitos não entendam as diversificações e objetivos das políticas de ações afirmativas é notório que elas possibilitam de fato e de direito o ingresso destes alunos a partir de uma reserva com definições próprias nas quais precisam ser atendidas. E as universidades vêm aos poucos se apropriando e implementando estas políticas específicas abordando o tema da reconquista da legitimidade. Sobre isso, novamente Santos (2010, p. 66) nos alerta:

Afetada irremediavelmente a hegemonia, a legitimidade é simultaneamente mais premente e mais difícil. A luta pela legitimidade vai assim ser cada vez mais exigente e a reforma da universidade deve centrar-se nela. São cinco áreas de ações neste domínio: acesso; extensão; pesquisa-ação; ecologia de saberes; universidade e escola pública.

Mesmo com muita resistência e dificuldades de implementação das políticas de ações afirmativas devido ao forte preconceito social e étnico presente na sociedade brasileira, esses dispositivos legais são necessários para que o aluno adentre o espaço universitário. Pois a maioria dos grupos que utilizam as cotas, são oriundos da classe trabalhadora, por isso, a universidade pública precisa garantir além do acesso, da permanência, o respeito a história de vida dos alunos com traços de exclusão social, principalmente aos alunos indígenas, negros, quilombolas, ribeirinhos, ciganos...pois como vimos o que Boaventura nos disse em Porto Alegre: *“eles não são minorias e foram feitos minorias. Então, é para esses que essas políticas precisam chegar primeiro!”*.

Considerações Finais

No Século XXI, repensar a educação em sua razão de ser envolve a comunidade, a sociedade – e um voltar-se para o ensino, a pesquisa e a extensão. Para isso, é necessário que as ações direcionadas referentes ao conhecimento científico incluam em seu currículo os diálogos com outras culturas, outras etnias, gerando quiçá outros saberes.

Mais do que nunca à educação de um país cabe o compromisso e a responsabilidade social de “desvelar” temas que a todos são significativos tais como a globalização, as tecnologias da informação, os movimentos sociais, o trabalho, a economia, o ar, a água, a energia solar, a alimentação, o meio ambiente, etc.

Cada vez mais o poder da globalização aliado ao poder da tecnologia e da informática invade as instituições, a família e a escola, criando distanciamentos e possibilidades de diálogos entre professores, alunos e sujeitos sociais.

Contudo, observamos estratégias de extermínio do ser humano em prol do surgimento de um ser planejado e construído, ou seja, um ser manipulado pela repetição, pela pressa, manejado pela busca do poder, do dinheiro, da automação e tudo que o move cada vez mais para o campo da competitividade.

Por isso, acreditamos na possibilidade do ser humano buscar a si próprio em parceria com o outro, com os outros, estabelecendo aí uma construção do conhecimento mais crítico, coletivo e transcendental

Reconhecer a comunidade como portadora de conhecimento, de experiência de vida e, principalmente, como corresponsável pela instituição escola é essencial para que se construa o um processo mais democrático e desejável nos dias de hoje. Para isso é necessário na condição de professores e pesquisadores nos dar conta que a escola é um dos maiores propagadores de cultura, de troca de saberes e de acúmulo de conhecimentos, que além das práxis traz sempre consigo a teoria em seu bojo.

Diante do que vimos até aqui, é necessário que entendamos que a tríade Estado-Universidade-movimentos sociais são agentes de transformação social capazes de desenvolver a consciência crítica sobre o “estar no mundo” e do sujeito entender-se como um “ser inacabado” e que está sempre em contato com este mundo: um mundo diversificado em tudo, portanto, um mundo de diferentes sentidos, saberes e sabores que oportuniza o ser humano que é único, estabelecer várias relações e várias divergências sobre o mesmo prisma.

Acreditamos que os governantes, os profissionais das áreas educacionais, os ativistas e militantes sociais precisam se empenhar mais e acreditar que para “ter” acesso aos bens comuns é preciso a realização da dos diálogos e da conscientização coletiva, que pode ser hoje avaliada a partir da implementação das políticas públicas que chegam para somar com a qualificação e na recuperação da dignidade do ser humano, tendo como ponto fundamental a educação.

Por isso é importante resgatar o saber dos alunos escutando, dialogando, reafirmando e/ou resgatando o significado de sua origem e como este vê a nossa sociedade, partindo do princípio do significado de cidadania para ele. Portanto os que educam não podem ficar jamais na condição de neutralidade – ou seja: quem educa nunca é neutro.

Tivemos a pretensão de apontar nesse artigo, algumas iniciativas alavancadoras na Universidade, contribuindo em seu processo de redemocratização. Pois esta possui um trunfo em suas mãos na medida em que recebe por excelência a diversidade da sociedade e em contrapartida contextualiza as desigualdades e as diferenças entre todos os sujeitos, porque é a instituição que coloca em relevo a importância da participação social coletiva.

Fica para nós educadores, pesquisadores, e ativistas sociais, a certeza de que a Educação faz parte de um processo de transformação social e tem como compromisso a

Eliane Almeida de Souza. Roseli da Rosa Pereira. Izabel Espíndola Barbosa

71

inserção em seu currículo da temática “políticas de ações afirmativas”, no sentido de abarcar as desigualdades históricas para que as disparidades étnicas diminuam cada vez mais por que a universidade assume o compromisso político de garantir o respeito às diferenças, principalmente dos grupos que integram os povos tradicionais. Nosso desejo é que esses grupos deixem um legado para a nação, pois eles que vem historicamente contribuindo na prática com a redemocratização da universidade pública no Brasil e no mundo. Axé!

Referências

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm - acessado em 24/01/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Brasília, 2015. <http://portal.mec.gov.br/> - acessado em 28/06/2018.

PORTAL TERRA. <http://noticias.terra.com.br/educacao/prouni-tem-50-a-mais-de-inscritos62-sao-negros,4177fa10c6796410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html> – acessado em 1.º/07/2018.

QUEIROZ, Fernanda C. B.; QUEIROZ, Jamerson V.; VASCONCELOS, Natalia V. C. de; FURUKAVA, Marciano; HÉKIS, Hélio R.; PEREIRA, Flávia A. B. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. **ENSAIO: avaliação e políticas públicas em educação**, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, v. 21, n.º 79, p. 349-370, abr./jun. 2013.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. Educação, Sociedade & Culturas, nº 23, 2005, 137-202.

_____. **A universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade - 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL/CAPES, Brasília, 2015. <http://uab.capes.gov.br/index.php/sobre-a-uab/teste> - acessado em 1.º/07/2015.

Recebido: 10/01/2019

Aprovado: 08/02/2019

Publicado: 30/06/2019